

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	5

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	14
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	15
10.8 - Plano de Negócios	16
10.9 - Outros fatores com influência relevante	17

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:
a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política Diante da falta de atividade operacional, a Administração entende que não existem riscos significantes a serem controlados e mitigados. Por isso não há política formalizada.
b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
i. os riscos para os quais se busca proteção
ii. os instrumentos utilizados para proteção
iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos
C. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

5.2 Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar:
<p>A. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, a Administração entende que não existem riscos significantes a serem controlados e mitigados. Por isso não há política formalizada.</p>
B .os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:
. os riscos de mercado para os quais se busca proteção
. a estratégia de proteção patrimonial ( <b>hedge</b> )
. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial ( <b>hedge</b> )
. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial ( <b>hedge</b> ) e quais são esses objetivos
• a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado
C. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

<p><b>5.3</b> Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:</p>
<p>a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las</p> <p>A Companhia não tem controles internos além da auditoria das demonstrações financeiros, pois não tem atividade operacional.</p>
<p>b. as estruturas organizacionais envolvidas</p> <p>Não há estrutura envolvida.</p>
<p>c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento</p>
<p>• deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente</p> <p>Não houve qualquer recomendação da auditoria.</p>
<p>e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas</p> <p>Não foram apontadas deficiências pelo auditor.</p>

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Diante da falta de atividade operacional, não foi elaborada política de gerenciamento de risco, pois não há riscos a serem mitigados.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevante.

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia tem por objetivo social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

#### i. Hipóteses de resgate

Não há programa de resgate de ações.

#### ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há programa de resgate de ações.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A companhia pretende liquidar todos os compromissos assumidos utilizando recursos próprios através de aporte de capital ou através de financiamento.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Atualmente, a principal fonte de recursos é através de aporte de capital dos acionistas.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A companhia poderá utilizar financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja novas oportunidades de investimento.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia não possui qualquer dívida.

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos celebrados.

#### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há contratos celebrados.

#### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas à companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui qualquer dívida.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em R\$ Mil	2014	2013	2011
Ativo Circulante	1.108	1.117	9.101
Ativo Não circulante			6.796
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.108</b>	<b>1.117</b>	<b>15.897</b>
Passivo Circulante	0	1	1.078
Passivo Não circulante	0	0	0
Participação dos Minoritários	0	0	0
Patrimônio Líquido	1.108	1.116	14.819
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.108</b>	<b>1.117</b>	<b>15.897</b>
Despesas gerais e administrativas	-108	-94	-102
Receitas financeiras	107	83	988
Receitas de dividendos	0	0	2.885
Despesas tributárias	-7	-7	-12
Outras receitas (despesas) operacionais	0	0	0
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>-8</b>	<b>-18</b>	<b>3.575</b>

O capital social está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R\$10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.



## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

a. resultados das operações do emissor, em especial:

a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia é composta, atualmente, de receitas financeiras provenientes da aplicação do caixa.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional é composto basicamente por despesas administrativas referentes à manutenção da companhia. Portanto, não houve fatores que influenciassem de forma significativa no resultado da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- a. introdução ou alienação de segmento operacional  
Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante no exercício.
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária  
Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício.
- c. eventos ou operações não usuais  
Não existiram eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, com o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a qual é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia optou em não antecipar a adoção e não espera efeitos relevantes. Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 com vigência para os períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018.

A conversão em Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014.

A Administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos da Lei 12.973 e concluiu que a antecipação de seus efeitos para 2014 não trariam impactos em suas demonstrações contábeis e assim decidiu não antecipar os seus efeitos para 2014 conforme a Lei faculta.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não há ênfase ou ressalva no parecer do auditor.

emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre ativos e passivos, provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência

### 2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 3. Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções tributos federais.

### 4. Imposto de renda e Contribuição Social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ou R\$ 20 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

### 5. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

### 6. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****7. Demonstração do valor adicionado**

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos adotados pela Companhia asseguram grau de eficiência adequado ao porte da mesma para a elaboração de demonstrações financeiras que representam, da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor, sendo dessa forma suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve qualquer recomendação da auditoria.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados  
O emissor não realizou oferta pública nos últimos 3 (três) anos.
  
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição  
O emissor não realizou oferta pública nos últimos 3 (três) anos.
  
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios  
O emissor não realizou oferta pública nos últimos 3 (três) anos.



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- vi. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação

A Companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.